



REESTRUTURAÇÃO DO FLUXO DE ATENDIMENTO À INTERRUÇÃO LEGAL RESULTANTE DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO HOSPITAL DA MU-LHER PROF. DR. JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI – CAISM – UNICAMP

*Mariana Gonçalves Gerzeli Santos, Andria Cleia Alves, Arlete Maria Dos Santos Fernandes, José Paulo De Siqueira Guida, Renata Cruz Soares De Azevedo, Alminda Del Corsi Furtado De Campos, Ana Luiza Teixeira, Bárbara Regina Daólio, Carmen Silvia Mendonça, Cristhiane Ferreira, Edinaura Pereira De Souza, Gabriela Cattel Albaracin, Isabella Salvetti Valente, Laise Poterio Dos Santos, Lucia Helena Alves, Marcia Mary Moraes Fatobení, Maria Jandira Balista, Renata Telles Piva Belluomini, Robson Henrique Rossi Martins, Simone Stranghetti Jorge, Solange Aparecida Barbutti, Vanda De Fatima Fulgencio De Oliveira

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
CAISM

mgerzeli@unicamp.br*

Eixo 4

Introdução

A gravidez resultante de estupro representa um agravamento da violência sexual, impondo às vítimas limitações de ordem psicológica, emocional, física e social. O acesso à interrupção legal da gestação, embora respaldado pela Lei, enfrenta obstáculos como julgamentos morais, resistência de profissionais de saúde e a ineficiência dos fluxos de atendimento. A falta de protocolos eficientes nos serviços de saúde dificulta o acesso a esse direito, impactando negativamente a saúde mental das mulheres.

Objetivo

Aprimorar o protocolo de atendimento às vítimas de violência sexual com gravidez resultante de estupro, no CAISM, para garantir um atendimento humanizado, eficiente e integral.

Metodologia

Foram analisados os fluxos de atendimento às vítimas de violência sexual com gravidez, identificados pontos críticos, necessidades de melhoria e implementadas alterações no protocolo, com a criação de novo fluxo de atendimento pela equipe multidisciplinar.

Resultados

As alterações no protocolo de atendimento resultaram em um processo mais fluido e eficiente, proporcionando às mulheres um acolhimento mais humanizado. A organização do fluxo de atendimento, com a integração direta dos setores envolvidos, facilitou o acesso das vítimas e agilizou os procedimentos.

Conclusão

A implementação de um protocolo de atendimento específico e eficiente é fundamental para garantir o acesso ao direito à interrupção legal para as vítimas de violência sexual com gravidez resultante de estupro. Esse protocolo possibilita um atendimento humanizado, em espaço seguro e sigiloso, elementos essenciais para a recuperação das vítimas. É necessário investir em capacitação profissional e na criação de protocolos claros e eficientes para o atendimento a essa população.

Referências

